

## Design, inovação social e extensão universitária

Beany Guimarães Monteiro

O design exposto, de nenhum modo é uma camisa de força, com a qual se aprisiona a realidade, pelo contrário, é um auxílio para sistematização e o ordenamento da multiplicidade de aspectos que apresenta e que devem ser apreendidos em seu conjunto.

João Bosco Guedes Pinto. *Metodologia, Teoria do Conhecimento e Pesquisa-Ação*. Textos Seleccionados e Apresentados, 2014. p. 129.

Design, Inovação Social e Extensão Universitária são aspectos que constituem o campo de atuação da autora na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A atuação direcionada para a Inovação Social e a Extensão Universitária, como docente do curso de Desenho Industrial, iniciou-se com a implantação do Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade (LABDIS/EBA/UFRJ), em 2006, com apoio do Edital Primeiros Projetos, da FAPERJ. Mais tarde, à frente da Coordenação de Extensão da Escola de Belas Artes (EBA), esse campo adquiriu novos contornos, considerando a meta de implementar a extensão nos currículos dos cursos de graduação da UFRJ.<sup>1</sup>

O objetivo deste capítulo é apresentar os aspectos constituintes desse campo de atuação utilizando como referência projetos de extensão desenvolvidos pela autora entre 2006 e 2015. Um destes projetos trata da concepção de uma rede entre as Escolas participantes do projeto Pegada nas Escolas, denominada Rede Autônoma de Educação em Design. O Pegada nas Escolas foi desenvolvido com apoio do CNPq, Edital Jovens Pesquisadores, em 2009 (lidis.ufrj.br). Outro, intitulado Extensão Sem Fronteiras – ESF EBA 200, foi motivado pelos problemas

---

1 O convite para participar da Mesa Redonda sobre Inovação Social do 5º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável, em 2015, foi uma oportunidade para discutir essas novas perspectivas de ação.

observados na etapa de mapeamento realizada preliminarmente à implementação da Extensão nos cursos de graduação da EBA. Concebido como ação interinstitucional,<sup>2</sup> o EsF EBA 200 objetiva a concepção de uma rede que integra as ações extensionistas de forma interinstitucional e permite expandir seus horizontes de atuação no sentido de sua internacionalização (RAZZERA; HOFMANN; RAMOS, 2015).

O capítulo está organizado em dois tópicos. No primeiro discute-se Design e Inovação Social, e o segundo trata da Extensão Universitária, considerando as políticas para a educação pública de nível superior, que orientaram o processo de implantação da Extensão nos cursos de graduação da UFRJ.

Conclui-se com indicações de demandas e perspectivas para a interseção entre os conhecimentos no campo do Design, adquiridos e refletidos no curso de sua ação profissional, com estruturas de conhecimento distintas das acadêmicas, inerentes às ações extensionistas.

## Design e inovação social

Articulado ao tema Inovações em Educação do Projeto Pegada nas Escolas e, em termos de metodológicos, à fase de sedimentação e continuidade dos projetos realizados pelo Laboratório de Design, Inovação e Sustentabilidade (LABDIS/EBA/UFRJ), foi idealizada uma rede para que as Escolas participantes do Pegada pudessem trocar entre si as soluções desenvolvidas por cada uma, a partir das oficinas realizadas com a equipe do projeto. Essa rede desdobrou-se em um projeto denominado Rede Autônoma de Educação em Design.<sup>3</sup>

Com o projeto da Rede Autônoma pretendeu-se dar visibilidade às iniciativas produzidas no cotidiano dos atores sociais com os quais a Universidade interage, no âmbito da extensão universitária, traduzir, em linguagem visual, essas interações, favorecer a sua comunicação e transformação em inovações potenciais, além de tornar acessível o uso do design como ferramenta, de forma autônoma, por esses atores.

Entende-se a autonomia como um ponto central para a inovação social, tanto do ponto de vista da modelagem de soluções quanto para sua multiplicação e transformação em novos modelos de inovação. A metodologia utilizada para desenhar a Rede Autônoma teve como referência a pesquisa-ação, com uma abordagem participativa de transformação do problema (ARAÚJO FILHO; THIOLLENT, 2008; MONTEIRO, 2011).

---

2 As instituições envolvidas inicialmente são a UFRJ, a UNIGRANRIO, a ESDI e a UNISINOS.

3 O projeto da Rede Autônoma foi realizado com apoio dos editais do CNPq (Bolsa de longa duração DT-2; da FAPERJ- EXTPESQ, e do PROEXT, em 2015).

O princípio de autonomia da Rede é entendido à luz da metodologia da pesquisa-ação no campo das Ciências Sociais (LIU, 1997). Considerando a inserção do Design como área de conhecimento, de pesquisa e de ação transformadores, entende-se a autonomia como um ponto central para a concepção e implementação dessa plataforma.

A identificação de premissas afirmativas sobre a identidade das metodologias participativas no campo da educação com as práticas da educação popular e com o uso da pesquisa-ação demonstra que a dinâmica da realidade é interdependente, ou seja, a realidade é a síntese entre sujeito e objeto, e não algo externo. O que é verdadeiro é explicitado na prática e na reflexão sobre a ação, sendo os objetivos norteadores das metodologias participativas em educação o comprometimento com as especificidades culturais e as identidades dos grupos sociais; a formação de uma consciência crítica; o apoio e o estímulo à transmissão e recriação do patrimônio cultural; e, a vinculação dos processos educativos às atividades econômicas e políticas (DUQUE-ARRAZOLA; THIOLENT, 2014; LOUREIRO, 2004).

Se a realidade é entendida como um processo ou conjunto de processos, cuja essência está dada pelas relações e cuja dinâmica é produzida pelas contradições que fazem parte essencial desses processos, então a verdade, como algo necessariamente ligado a esta realidade em movimento, não será jamais algo terminado e absoluto. Senão algo relativo, porque processual, histórica e dependente do grau segundo o qual a consciência reflita adequadamente às leis do movimento da realidade objetiva (contraditória), ou até mesmo do momento no qual se encontra o processo de desenvolvimento material (GUEDES PINTO apud DUQUE-ARRAZOLA; THIOLENT, 2014, p. 51-53).

O design apresenta-se como um processo que se desvenda em diálogos e encontros, o que coloca importantes desafios em termos de métodos igualmente, mas que apresenta novos desafios, antes desconhecidos desta área, relacionados a um procedimento dialogal. É sobre a base desta abertura dialógica e deste enraizamento situacional que a ação do designer pode ser entendida como um processo de inovação social, no sentido de Geoff Mulgan (2006). Para Mulgan (2006) este processo não se restringe às atividades e serviços inovadores, dirigidos ao atendimento de uma necessidade social. Mais do que isso, refere-se à identificação de princípios de solução vivenciados por grupos sociais.

Para Manzini (2007) o designer assume um papel de mediador e de tradutor entre o resultado como articulador de um novo conhecimento, autônomo, formado transversal e assimetricamente, em um processo de aprendizagem social. Esse processo ultrapassa o escopo de resposta a um problema e o designer passa a

atuar como um mediador entre as condições internas e externas da transformação social, resultado de uma inovação social. Ele é ora coautor dessas transformações e ora projetista, que habilita e facilita as experiências locais e a emergência de conhecimentos e possibilidades inovadoras, provenientes dessas experiências em outros contextos.

É identificado por Manzini (2007) que novos papéis integram a dimensão projetual e permitem a antecipação de novas situações com o uso de novos artefatos, produtos e objetos, gerados de forma participativa e transformadora. Para o autor atuação nestes novos contextos apresenta-se na forma de duas modalidades de ação, que na prática estão misturadas, mas que podem ser conceitualmente distinguidas sob dois aspectos. O primeiro quando o papel do designer é promover e facilitar um processo de codesign específico, contribuindo para facilitar a convergência em torno de ideias compartilhadas e soluções potenciais. E o segundo quando o papel do designer é criar condições para estimular, desenvolver e regenerar a habilidade e a competência dos que vão utilizar um sistema habilitador (MANZINI, 2008).

Na definição de sistema habilitador, o sentido da palavra designer é revisto: todos os participantes do processo de concepção, desenvolvimento e uso desses sistemas são designers. Portanto a definição de designer passa a abranger todos os atores sociais como coautores da solução e não mais os especialistas em particular. Um papel inovador é exercido pelas iniciativas locais que, pelas suas próprias características, são sinais de novos comportamentos e novos modos de pensar. Ou seja, são “descontinuidades sistêmicas”, segundo Manzini (2008).

A investigação da prática da inovação social e suas implicações na promoção de uma vida cotidiana mais sustentável em contextos urbanos e de novos estilos de vida sustentáveis foi o principal foco do projeto Creative Communities for Sustainable Lifestyles (CCSL), (PENIN, JÉGOU, GIRARDI, 2008). Comunidades Criativas são desenvolvidas dentro de empresas sociais implementadas e assumem formas organizacionais diferentes destas. O CCSL coletou estudos de caso em países emergentes – em particular Brasil, Índia e China - e traçou um quadro comparativo entre esses países e casos previamente identificados no contexto europeu. O estudo focalizou três aspectos em particular nessa comparação. O primeiro refere-se à natureza dos grupos de pessoas que geram essas inovações (as comunidades criativas); o segundo ao seu papel na promoção de novos estilos de vida sustentáveis (os casos promissores); e o terceiro à possibilidade de fazer com que esses casos promissores sejam mais acessíveis, efetivos e passíveis de serem reproduzidos, através de iniciativas e medidas apropriadas (os sistemas habilitantes).

Segundo Penin, Jégou e Girardi (2008) e Manzini (2007), os casos promissores de inovação social mostram que eles representam estágios diferentes da emergência e expansão de novas ideias (protótipos de solução) para soluções relativa-

mente consolidadas (soluções trabalhadas), até a implementação dessas soluções. As soluções protótipo correspondem à concepção e à colocação e prática de uma ideia. As soluções trabalhadas são aquelas que, colocadas em prática, funcionam como uma inspiração para outros grupos desenvolverem algo similar. As soluções implementadas correspondem a plataformas habilitadoras (MONTEIRO, 2008).

No estágio atual do seu desenvolvimento, a plataforma habilitadora desenvolvida a partir do projeto da Rede Autônoma apresenta-se na forma de um aplicativo chamado REDEsign, que está disponível para uso pelos atores sociais participantes dos projetos de extensão realizados pelo LABDIS/UFRJ. Esse aplicativo foi lançado em um evento de comemoração dos 10 anos de atuação do Laboratório, em setembro de 2016. O projeto da Rede Autônoma foi realizado com apoios dos seguintes Editais: Bolsa de Longa Duração do CNPq (DT-2) entre 2009 e 2012; FAPERJ EXTPESQ (2012) e PROEXT 2015.

## **Extensão universitária**

O mapeamento, realizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ nas etapas iniciais do processo de implantação da extensão dos cursos de graduação da Universidade foi o fator que motivou a concepção do projeto Extensão Sem Fronteiras – EsF EBA 200. Em seguida, tendo em vista o ano em que a Escola de Belas Artes completa seu segundo século de existência, a proposta inseriu-se nas ações da Escola em resposta às demandas da sociedade, relativas às Artes Visuais e ao Design, com inserção na Linha de Extensão de Educação e na área temática de Cultura.

Seu objetivo é promover uma maior integração entre as ações de extensão da EBA, de forma interinstitucional, preservando a autonomia das ações e propiciando sua organicidade, identidades, princípios e referenciais culturais. O projeto tem como meta criar e implementar um laboratório internacional que permita estabelecer uma cooperação entre as instituições parceiras nos níveis do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. As bases para elaboração desse laboratório são o Programa Ciência Sem Fronteiras, relativos ao ensino e à pesquisa.

A partir desse referencial, e considerando os princípios e políticas públicas da Extensão apresentados adiante, as etapas seguidas para a elaboração desse projeto foram a concepção e a implementação do Laboratório Internacional de Extensão Universitária; a organização de encontros, oficinas e palestras para deflagração das ações do Laboratório; e a avaliação e proposição para o funcionamento do Laboratório, a partir das demandas identificadas nas ações de extensão das instituições, grupos e comunidades parceiros da ação.

O projeto pretende proporcionar um espaço que potencialize as atividades de extensão a partir de vivências sociais e educativas que fortaleçam e gerem

políticas Públicas para Extensão Universitária. Essa proposta foi inicialmente pensada como uma incubadora para as ações de extensão da Escola de Belas Artes, mas a ideia de incubação mostrou-se incompatível com a proposta de implementação do laboratório internacional, que mais tarde avançou para a ideia de um laboratório itinerante (RAZZERA; HOFMANN; RAMOS, 2015).

Além das questões características da EBA como Unidade acadêmica, a definição da Extensão Universitária “como uma atividade acadêmica que integra o ensino e a pesquisa aos diferentes atores sociais/culturais em uma ação transformadora, recíproca e muitas vezes assimétrica”, que os relaciona está referenciada pelo princípio constitucional, no artigo 207, caput, e regulada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no Plano Nacional de Educação (PNE) (RODRIGUES; MONTEIRO, 2014, p. 148). A UFRJ adota o conceito de extensão universitária, definido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”. Manter uma visão crítica diante das metodologias participativas na extensão universitária é central para não cair numa retórica que facilite a aprovação de projetos nesse campo, mas que não garanta nem uma efetiva participação dos interessados, tampouco “a produção de um conhecimento emancipatório, adequado para esse tipo de objetivo (FORPROEX, 2012).

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, a diretriz<sup>4</sup> que deve orientar a formulação e a implementação das ações de Extensão Universitária é a interação dialógica, que pressupõe uma ação recíproca caracterizada como de “mão dupla”, o que exige a aplicação de metodologias participativas que integrem a contribuição dos atores sociais para os quais as ações extensionistas são direcionadas. Essa diretriz, por situar-se no campo das relações, “atinge o cerne da dimensão ética dos processos Extensão Universitária”.

A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade são as diretrizes que buscam superar a dicotomia entre as visões holistas, que procuram dar conta do fato social como um todo complexo, mas tendem a ser generalistas, e a visão especializada, que parcela esse todo para tratar o problema de forma unidirecional. Elas

---

4 Essas diretrizes e suas definições estão disponíveis em: <http://www.pr5.ufrj.br/index.php/o-que-e-extensao/conceito>.

procuram combinar essas visões para imprimir às ações de extensão universitária a “consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende”.

A diretriz que trata da indissociabilidade entre Ensino – Pesquisa – Extensão, reafirma a extensão como um processo acadêmico pressupondo que a formação (ensino) e a geração de conhecimento (pesquisa) vinculam-se de forma indissociável. O impacto na formação do estudante, que orienta a participação dos estudantes nas ações extensionistas e viabiliza sua integração na forma de créditos curriculares, flexibilizando a estrutura curricular no nível do ensino. E o impacto e a transformação social, tendo em vista a transformação da própria universidade e não somente para fora dela.

As diretrizes de interação dialógica, interdisciplinaridade, interprofissionalidade e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão potencializam o processo transformador do contexto sobre o qual se atua, relacionado aos três aspectos dessa atuação (ensino-pesquisa-extensão).

De acordo com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão, na Carta de Gramado,<sup>5</sup> o cumprimento da estratégia 7, meta 12, do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata da implementação nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior, este deve ser norteado por seis eixos que têm, cada um, diferentes orientações. São seis eixos que orientam a busca pela legitimidade e reconhecimento da extensão na gestão da universidade; norteiam a inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação a partir do mapeamento das ações já existentes nas diferentes Unidades Acadêmicas; buscam a validação da extensão, com a criação de grupos de extensão e pesquisa junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq); orientam a necessidade da internacionalização da extensão universitária, e a produção de avaliação de indicadores, tanto quantitativos quanto qualitativos, adequados à natureza da extensão. E, finalmente, balizam a busca do fortalecimento das publicações sobre reflexões teórico-metodológicas acerca das práticas e saberes advindos da Extensão (Carta de Gramado – FORPROEX, 2015).

Para organizar as ações extensionistas e possibilitar uma melhor articulação entre seus atores, a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ criou programas, aos quais as ações de extensão da UFRJ podem integrar-se, propiciando seu fortalecimento. O Extensão sem Fronteiras, que inicialmente seria um programa que iria articular as ações de extensão da Escola de Belas Artes, foi reorganizado para articular-se a um desses programas propostos pela UFRJ. Considerando o público-alvo do projeto: Museus, Escolas, Espaços de Ciência, Espaços de Arte, Movimentos So-

---

5 XXXVII Encontro Nacional do FORPROEX – Carta de Gramado – RS, 20 e 22 de maio de 2015.

ciais, Instituições Governamentais e imigrantes, o projeto articulou-se ao Programa MEMÓRIA CULTURAL, SOCIAL E DA TERRA, que define seu foco como

(o) resgate, a construção, a referência e a visibilidade dos diferentes passados que habitam a sociedade presente constituem-se em uma tarefa necessária para reparar e impedir a propagação de injustiças sociais e promover uma sociedade socialmente justa e que recusa a suposta desigualdade da humanidade [...] (RUA, 2016, p. 6-7).

Uma direção norteadora dessa ação é a sistematização e o ordenamento dos aspectos da realidade, geradores de conhecimentos constituídos pela ação, e a geração de soluções a partir da antecipação de problemas e, portanto, da apresentação de um repertório de conhecimentos existentes para tratá-los. No Extensão sem Fronteiras, observa-se a força dessas estratégias políticas à luz da Teoria do Conhecimento apresentada por Guedes Pinto, segundo a qual, se a realidade é definida como algo imutável, a consciência dessa realidade também será considerada como tal e, portanto, igualmente serão os critérios de validação do conhecimento (DUQUE-ARRAZOLA; THIOLENT, 2014).

O aporte do Design ao EsF dá-se no sentido da concepção de ferramentas pedagógicas que possibilitem contextualizar esses conhecimentos, relacionando-os às práticas projetuais, às ações extensionistas e ao papel dos atores sociais geradores destas ações. Essa contribuição tem como referenciais os projetos Pegada nas Escolas e Rede Autônoma de Educação em Design (MONTEIRO, 2008; MONTEIRO, 2011).

## **Demandas e perspectivas**

Com a pesquisa-ação emerge um novo paradigma que avança no sentido de modificar o tipo de problema estudado e de transformar as instituições de pesquisa e a natureza das disciplinas, de forma transversal, enquanto que a pesquisa aplicada se realiza a partir do objetivo de atender a um problema prático vivido por um “cliente”<sup>6</sup> (LIU, 1997).

Os casos de inovação social, apresentados por Penin, Jégou, Girardi (2008), incluem atividades produtivas baseadas em recursos e competências locais. Estas atividades, através das comunidades criativas, dos casos promissores e das plataformas habilitadoras, são promotoras das potencialidades socioeconômicas e

---

6 O termo cliente está entre aspas por ser uma tradução livre do francês *commanditaire*, cujo significado está associado aos sócios responsáveis pelos fundos da sociedade, enquanto outros sócios são responsáveis pela gestão/administração desses fundos.



culturais e permitem que estas sejam visualizadas, valorizadas e multiplicadas. Esses casos são resultados dos empreendimentos e das habilidades de comunidades criativas, que têm um saber-fazer e pensar diferentes e de formas, também diferentes, de organização das soluções para resolver problemas cotidianos.

Os casos promissores de inovação social mostram que eles representam estágios diferentes da emergência e expansão de novas ideias (protótipos de solução) para soluções relativamente consolidadas (soluções trabalhadas), até a implementação dessas soluções. As soluções protótipo correspondem a concepção e a colocação em prática de uma ideia. As soluções trabalhadas são aquelas que, colocadas em prática, funcionam como uma inspiração para outros grupos desenvolverem algo similar. As soluções implementadas correspondem às plataformas habilitadoras (MONTEIRO, 2008).

As plataformas habilitadoras funcionam como uma rede para que as soluções desenvolvidas em um contexto possam ser identificadas como promissoras para outras situações.

Nesse capítulo procurou-se relacionar design, inovação social e extensão universitária aos seus contextos de ação, tomando como referência três projetos de extensão: Pegada nas Escolas, Rede Autônoma de Educação em Design e Extensão sem Fronteiras EsF EBA 200. A concepção dessas ações foi motivada pela compreensão de que existe uma demanda por soluções referentes aos problemas da realidade cotidiana, mas que passa pelo desenvolvimento de reflexões, de propostas e de cenários promotores da qualidade das relações interpessoais. Diante dessa demanda, design, inovação social e extensão universitária desempenham novos papéis, e desenharam novos contornos ao campo de atuação docente, relativos à concepção de instrumentos pedagógicos, que favoreça o ensino da extensão, na forma de Requisito Curricular Suplementar (RCS); à concepção de laboratórios itinerantes, que permitam articular as ações extensionistas de forma interinstitucional, nos níveis nacional e internacional; e à prática extensionista com base na inovação social, instruída pelas demandas dos povos, das comunidades locais e dos seus atores sociais.

## Referências

ARAÚJO FILHO, T.; THIOLENT, M. J-M (Org.). **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S.; THIOLENT, M. J.-M. (Org.). **João Bosco Guedes Pinto: Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação**. Textos selecionados e apresentados. Belém, UFPA, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS – FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012. (Coleção Extensão Universitária, v. 7).

\_\_\_\_\_. **Carta de Gramado**. 2015. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com\\_content&view=article&id=160:carta-gramado&catid=1:noticias](https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php?option=com_content&view=article&id=160:carta-gramado&catid=1:noticias)>. Acesso em: 20 ago. 2016.

LIU, M. **Fondements et pratiques de la recherche-action**. Paris: L'Harmattan, 1997.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MANZINI, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade**. Comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

\_\_\_\_\_. **Design, social innovation and sustainable ways of living. Creative communities and diffused social enterprise in the transition towards a sustainable network society**. ago.-set. 2007, p. 48-60. Disponível em <<http://www.producao.ufrj.br/design.isds/docs/Ezio-Manzini-DESIGN.ISDS-v.2.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

MONTEIRO, B. G. Design & Inovação Social. Práticas de atuação e uso do Design em contextos locais. In: ARAÚJO FILHO, T.; THIOLENT, M. J.-M. **Metodologia para Projetos de Extensão: Apresentação e Discussão**. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

\_\_\_\_\_. Conhecimentos autônomos em Design: assimetrias de um campo de ação. **Revista Interfaces**, ano 17, n. 14, p. 138-144, jan.-jun. 2011.

MULGAN, G. The process of Social Innovation. **Innovations**, v. 1, n. 2, p. 145-162, Primavera, 2006

PENIN, L.; JÉGOU, F.; GIRARDI, S. Creative Communities for Sustainable Lifestyles, Visions of sustainable ways of living in Brazil, India, China and Europe. **Changing the Change design research conference**, Torino, 2008.

RAZZERA, G.; HOFMANN, P.; RAMOS, A. O projeto Imagine e os desafios da Extensão Sem Fronteiras. **Revista Eletrônica de Extensão**, Universidade Federal de Santa Catarina, Pró-Reitoria de Extensão, v. 12, n. 19, jan.-jul. 2015.

RODRIGUES, C. A.; MONTEIRO, B. G. Extensão Universitária – Canal aberto para relacionamento entre Universidade e Sociedade – primeiras linhas. In TERRA, C. (Org.). **Arquivos da Escola de Belas Artes**, n. 24, p. 147-156, 2014.

Registro Único das Ações de Extensão – RUA. **Edital**. Disponível em: <[http://extensao.ufrj.br/images/stories/Edital\\_RUA/RUA-UFRJ%202016.pdf](http://extensao.ufrj.br/images/stories/Edital_RUA/RUA-UFRJ%202016.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2016.

